

## CAPÍTULO IX

### A Recessão Econômica de 1974-1975

O Brasil, no ano de 1975, não conseguiu manter as mesmas taxas de crescimento de, pelo menos, cinco anos anteriores. Nesse trabalho, tentaremos avaliar a recessão econômica através da determinação de suas causas e perspectivas. Procuraremos, ainda, analisar a política econômica do governo, principalmente face aos problemas surgidos com o desequilíbrio do balanço de pagamentos e o recrudescimento da inflação, indagar sobre as relações entre a economia, a distensão política e as eleições de 1976 e avaliar as alternativas que se apresentam.

Já durante o segundo semestre de 1974 eram evidentes os sinais desse processo de desaceleração ou recessão econômica, o qual não deve ser confundido com uma depressão ou crise da economia, uma vez que a renda continuou a crescer e não houve desemprego aberto em grandes proporções. Existe, porém, uma série de indicadores que deixam evidente a redução no ritmo do crescimento econômico, tais como o nível de emprego, que apresentou rápido crescimento no final de 73 e começo de 74, depois estabilizando-se e apresentando acentuada queda a partir do segundo semestre de 1974, principalmente nos setores técnico e de produção. E ainda, se considerarmos o relevante aumento nas importações de

máquinas e insumos industriais, responsáveis em grande parte pelo acentuado deficit da balança comercial ocorrido nesse ano,<sup>1</sup> veremos que o desempenho industrial foi bem fraco no período, o que se constata examinando os níveis relativos ao consumo de energia nas indústrias (Quadro I).

### QUADRO I

#### Energia Elétrica – Consumo Industrial da Região Rio-São Paulo (Um mil MWh)

	1973	1974	1975
JANEIRO	955	1 082	1 142
FEVEREIRO	989	1 159	1 153
MARÇO	964	1 151	1 142
ABRIL	1 024	1 123	1 171
MAIO	998	1 200	1 226
JUNHO	1 074	1 229	1 243
JULHO	1 137	1 201	1 232
AGOSTO	1 090	1 261	1 281
SETEMBRO	1 114	1 247	1 268
OUTUBRO	1 106	1 154	1 330
NOVEMBRO	1 143	1 241	1 383
DEZEMBRO	1 166	1 157	1 249
	12 760	14 205	14 820

*FONTE:* LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A. – publicado em *Conjuntura Econômica* – Vol. 30 – nº 2 – Fev. 76 – FGV.

<sup>1</sup> É nesse período que se ampliou grandemente o deficit da balança comercial que atingiu a cifra de 4,5 bilhões de dólares. Isto se deve não só à elevação do preço do petróleo, mas também à grande quantidade de bens de capital que foram importados nesse ano, ao que se aliou o desempenho pouco brilhante de nossas exportações (principalmente de produtos primários). Mesmo assim, a atuação do governo no sentido de refrear os gastos no exterior foi tímida, e se resumiu na eliminação da isenção ou redução do Imposto de Importação concedido a certos equipamentos e na extinção do financiamento concedido a viagens de turismo.

Se ainda alcançamos em 1974 uma taxa de crescimento do PIB da ordem de 10%, isto se deve ao fato de o primeiro semestre deste ano ter sido uma continuação do auge econômico de 1973.

As causas desta desaceleração econômica já estavam embutidas no modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil. Este modelo, que prefiro chamar de “modelo de subdesenvolvimento industrializado”,<sup>2</sup> para acentuar o seu caráter contraditório, depois de passar pela crise de 1962-66, entrou na fase ascendente do ciclo econômico capitalista a partir de 1967. O Brasil conheceu, então, um período dourado de prosperidade. O produto interno alcançou taxas de crescimento elevadíssimas. Uma indústria moderna e tecnologicamente sofisticada desenvolveu-se sob a égide das empresas multinacionais e do setor produtivo estatal. Este orientava-se para a produção de energia e insumos básicos, enquanto as empresas multinacionais dedicavam-se principalmente à produção de bens de consumo de luxo. A indústria automobilística foi transformada no motor do subdesenvolvimento industrializado brasileiro. Por outro lado, como era preciso compatibilizar esse tipo de oferta, baseada na produção, nos bens de luxo e nos insumos básicos, com a demanda agregada, concentrou-se a renda da classe média para cima, ao mesmo tempo em que se procurava aumentar a taxa de acumulação de capital. Forte concentração da renda e marginalização da grande maioria da população dos frutos do desenvolvimento foram os resultados mais evidentes deste padrão de desenvolvimento.

Para alcançar taxas de crescimento do produto de mais de 10% ao ano, a economia valeu-se, em uma primeira fase, de um reservatório de capacidade ociosa e, em uma segunda fase, do aumento da taxa de poupança estatal e da transferência de poupança externa. A própria taxa de poupança privada nacional pouco ou nada aumentou, a não ser, provavelmente, no fim do processo, em 1973. Como toda a economia estava voltada para a produção e o consumo de bens de luxo — principalmente de automóveis — não era possível esperar outra

<sup>2</sup> Cf. Luiz C. Bresser Pereira, *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, Editora Brasiliense, 1977, São Paulo.

coisa. Aumentava a renda privada, mas aumentava proporcionalmente o consumo de bens de luxo, de forma que a taxa de poupança em relação à renda não se alterava. A taxa de poupança estatal, no entanto, aumentava graças ao aumento da carga tributária, ao aumento das tarifas e dos preços cobrados pelas empresas estatais, à racionalização geral dos processos administrativos tanto ao nível do governo quanto do setor produtivo estatal. Aumentava também a poupança forçada proveniente de fundos como o FGTS, o PIS e o PASEP. Trata-se formalmente de um tipo de poupança privada, embora controlada pelo Estado. Finalmente, aumentava a poupança externa, graças a sucessivos deficits na balança de transações correntes. O hiato de recursos era coberto por investimentos diretos das empresas transnacionais e por um crescente endividamento externo, que servia também para a constituição de reservas de divisas estrangeiras.

Para lastrear esse aumento do endividamento externo e ao mesmo tempo para complementar o processo de compatibilização da concentração de renda com a sustentação da demanda agregada, adotou-se a estratégia de estimular as exportações, favorecidas por uma economia mundial em plena fase de auge, em que o comércio e o sistema financeiro internacional crescem a taxas jamais conhecidas, as exportações brasileiras aumentam rapidamente, multiplicam-se. A economia brasileira internacionaliza-se, seus vínculos com o sistema capitalista internacional aprofundam-se através da invasão das empresas multinacionais.

Reproduzimos para uma pequena parcela da população brasileira, constituída de tecnocratas e capitalistas, os padrões de consumo dos países centrais. Estas duas classes participam então de um movimento de euforia e de projetos de grandezas, que visam a legitimar a manutenção de um sistema de governo autoritário.

Mas os germes da recessão estavam todos aí. O acelerado padrão de crescimento adotado, sem que crescessem proporcionalmente as indústrias de bens de capital e de insumos básicos, o aumento explosivo da acumulação de capital, sem que a poupança interna acompanhasse no mesmo ritmo, levam a economia a fortes pressões inflacionárias e ao desequilíbrio progressivo do balanço de pagamentos. A quadruplicação dos

preços do petróleo, a partir de outubro de 1973, vem apenas agravar um processo já em movimento.

O novo Governo, que se instala em 1974, dá inicialmente pouca importância aos problemas do balanço de pagamentos. Decide, entretanto, combater a inflação através de medidas clássicas de contenção de crédito. Desde 1967, o grande segredo da política econômica governamental havia sido o de manter equilibrado o orçamento federal, mas ampliar inflacionariamente o crédito. Com a mudança de política, o corte de crédito teve efeitos quase imediatos sobre a demanda agregada. A redução do nível de atividade econômica no segundo semestre de 1974 e no primeiro semestre de 1975 está diretamente relacionada a estas medidas de restrição à expansão dos meios de pagamentos.

Estas medidas somadas à crise do petróleo e às incertezas causadas pela mudança de governo provocam uma reversão das expectativas otimistas dos empresários. Projetos de investimentos são suspensos ou adiados. O processo de acumulação de capital é assim limitado não apenas pelas medidas monetárias do governo, mas também pela mudança nas perspectivas dos capitalistas.

O decorrente debilitamento da demanda agregada, no entanto, tem provavelmente uma terceira causa. Com o auge de 1973 e com o aumento da taxa de inflação, os lucros dos capitalistas crescem aceleradamente e os ordenados dos tecnoburocratas deixam de acompanhar esse crescimento. Em consequência, o mecanismo básico de compatibilização de concentração de renda com a sustentação da demanda deixa de funcionar plenamente. Ocorre o clássico fenômeno de estreitamento relativo dos mercados, limitado, porém, à classe média tecnoburocrática. Somem-se a isto a política monetária do governo durante 1974 e a reversão das expectativas dos empresários e temos as causas básicas da recessão. A própria crise do balanço de pagamentos não tem um papel direto nesta primeira fase do processo, já que as autoridades econômicas não tomaram então medidas significativas para fazer frente ao problema.

A maioria dos países capitalistas atravessou um período de acentuada recessão, agravada com a crise do petróleo no

final de 1973. Todavia, o Brasil não sentiu de imediato os efeitos dessa situação, e somente no 2º semestre de 1974, quando o resto do mundo já retomava os caminhos na normalidade, a recessão econômica atingiu duramente o país. Ora, em 1974 estávamos ainda tão tomados pela euforia desenvolvimentista que imaginamos poder passar incólumes pela elevação dos preços do petróleo. Vamos exportar mais e estará tudo resolvido, dizia-se, enquanto os países europeus entravam em um decidido processo de redução da atividade econômica e de contenção das importações. Vamos continuar a crescer a 10%, porque esta é a nossa "taxa histórica de crescimento", é a taxa mágica do Brasil grande, afirmava-se e projetava-se, com base em apenas 5 anos de êxito. Porém, dado o nível de poupança interna, esta taxa era obviamente inviável a longo prazo, na medida em que a capacidade ociosa havia-se esgotado, e que não é possível para o país continuar a endividar-se indefinidamente. Taxas ao redor de 6 ou 7% seriam provavelmente mais realistas. Agora, entretanto, que se produzia uma violenta deterioração das relações de troca, com o aumento dos preços do petróleo, não havia outra alternativa senão reduzir ainda mais essa taxa. Exportar mais é sempre uma boa solução, desde que não seja às custas do consumo interno necessário. É todavia uma solução acaciana. Estamos sempre querendo exportar mais. O problema é saber se existe produção exportável e compradores para nossos produtos. Ora, o aumento de produção exportável já estava sendo tentado antes do aumento dos preços do petróleo. É um objetivo permanente. Não era, portanto, uma estratégia real para fazer frente ao novo problema surgido.

Dada uma certa taxa de crescimento da produção, a qual depende da taxa de acumulação de capital e da absorção de progresso tecnológico, quando ocorre uma deterioração das relações de troca, o decorrente deficit na balança comercial deve ser resolvido através da diminuição das importações ou então através do aumento das exportações com sacrifício do consumo interno. Em qualquer uma das duas hipóteses estaremos recebendo menor quantidade de mercadorias importadas para um mesmo esforço produtivo interno. Isto significa que a taxa de crescimento da renda deve necessariamente baixar em relação ao que vinha ocorrendo antes da deterio-

ração. O máximo que se poderia esperar seria financiar a longo prazo o déficit, e assim diluir no tempo os efeitos negativos. No caso brasileiro, porém, não reduzimos as importações, nem aumentamos as exportações com sacrifício do consumo interno, nem financiamos o déficit a longo prazo. A última alternativa não era viável, ainda que fosse tentada. As duas primeiras implicavam reconhecer uma realidade desagradável. Optamos por uma quarta alternativa: nada fazer durante dois anos. Propunha-se apenas, no II PND, uma solução do lado da oferta: o início de um novo processo de substituição de importações, com ênfase na indústria de bens de capital e nos insumos básicos, principalmente a siderurgia e os metais não-ferrosos. Mas esta, embora correta, era uma solução de longo prazo. Não resolvia os problemas imediatos. Só em fins de 1975, quando a situação do balanço de pagamentos se tornava insustentável, o governo decide agir mais enérgica e realisticamente.

As medidas de contenção das importações tomadas pelo governo no segundo semestre de 1975 ocorreram quando a economia começava a se recuperar da recessão da demanda do segundo semestre de 1974 e primeiro de 1975. Estas decisões foram acompanhadas do anúncio de uma nova medida de longo prazo: a realização de contratos de risco para a prospecção de petróleo.

As decisões foram tomadas de forma dramática, em tom de alarme. Os contratos de risco podiam ser interpretados como uma: "capitulação salvadora". O Brasil, de repente, era colocado diante da realidade: taxas de 10% ao ano não eram viáveis a longo prazo, e mesmo taxas de 7% não eram viáveis a curto prazo, porque agora devíamos sofrer as conseqüências da deterioração das relações de trocas e, ao mesmo tempo, pagar as dívidas que havíamos contraído para crescer a 10%, mais juros que não paravam de crescer.

Entretanto as medidas de restrição às importações, tomadas pelo governo, não implicaram na entrada da economia em profunda recessão, conforme se acreditava que ocorreria quando essas começaram a se efetivar. Não significaram que estivéssemos condenados a crescimento zero, ou a um aumento violento do desemprego, conforme se previu em 1975. Mesmo

que o governo, preocupado em conter a inflação, tenha adotado medidas de restrição ao crédito, a economia poderia, desacelerada, crescer a 5 ou 6%. Não havia razões para previsões mais baixas porque não estávamos mais diante de uma crise de realização, de uma recessão de demanda,<sup>3</sup> mas diante de uma recessão de oferta, causada pelas dificuldades em importar bens de capital e insumos básicos. Ora, a teoria e a experiência econômica ensinaram-nos que limitações do lado da oferta não provocam grandes crises. Limitam-se a reduzir a taxa de crescimento industrial, como aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial. As depressões ou as recessões mais prolongadas surgem sempre em virtude do debilitamento da demanda agregada, não do surgimento de empecilhos para a ampliação da capacidade produtiva.

Estas dificuldades estão relacionadas com uma dívida externa superior a 20 bilhões de dólares, que estará sempre funcionando como uma espada de Dâmocles sobre o desenvolvimento brasileiro. E poderá levar o governo a medidas ainda mais drásticas, que então se tornem contraproducentes. Uma desvalorização súbita do cruzeiro incluir-se-ia, provavelmente, nesse tipo de medidas. O cruzeiro estava artificialmente valorizado e o governo, durante 1975, procurou desvalorizar sistematicamente o cruzeiro, sem abandonar o princípio salutar das minidesvalorizações. Não havia, contudo, indicações de que uma desvalorização mais violenta fosse necessária. Não existiam indicações de que nossas exportações estivessem sendo sacrificadas pela baixa remuneração dos exportadores de produtos primários. Quanto às de manufaturados já estavam amplamente subsidiadas.

Não havia também porque falar em reescalonamento da dívida externa. A dívida já estava razoavelmente escalonada, e ainda tínhamos um volume substancial de reservas. O problema era reduzir drasticamente a taxa de crescimento do

<sup>3</sup> O setor de bens de consumo final voltou a apresentar saldo bastante favorável em suas atividades durante o 4º trimestre de 75. A expansão da demanda, mesmo sendo fato comum nesse período, superou as expectativas dos empresários e induziu ampliações da produção em quase todos os segmentos industriais desse setor. As empresas acusaram, ainda, declínio de seus estoques e algumas ampliações dos efetivos de mão-de-obra e da capacidade instalada.



volume da dívida. Para isto, era claro que seria bom exportarmos mais, mas o mais realista seria importarmos menos. Com esse objetivo, havia razão para continuarmos a permitir a entrada no país, disfarçados como produtos intermediários, de grande quantidade de produtos supérfluos. E a manutenção de uma taxa de câmbio única, inclusive para turismo, só se explicaria por questões de prestígio e pelo desejo de participar em termos de igualdade com os países centrais inclusive em suas práticas monetárias.

O capital estrangeiro continua sendo encarado por amplos setores do governo como a solução para o problema do balanço de pagamentos, quando obviamente não o é. Não há nenhuma necessidade absoluta de capitais estrangeiros, muito menos para resolver nossos problemas de balanço de pagamentos. O afluxo de investimentos diretos pode ajudar a curto prazo a equilibrar o balanço de pagamentos. Mas já a médio prazo os problemas que traz para o país hospedeiro são enormes. As empresas multinacionais norte-americanas contribuem de forma clara para equilibrar o balanço de pagamentos dos Estados Unidos, recebendo muito mais divisas do que remetem para o exterior. No Brasil temos recebido mais do que remetido, mas é muito provável que logo esta situação se inverta.

Isto não significa que nos devemos opor de forma geral ao capital estrangeiro. Quando as multinacionais trazem efetivamente capital, quando transferem efetivamente tecnologia e quando o prazo de sua permanência no país é limitado, seus investimentos poderão ser bem-vindos. O que não faz sentido é termos empresas estrangeiras operando indefinidamente no território nacional sem estar contribuindo com capital ou conhecimento técnico, limitando-se a funcionar como válvula de sucção de nossas divisas. Vários países têm estabelecido cláusulas de nacionalização progressiva das empresas multinacionais. Devíamos fazer o mesmo.

Os contratos de risco podem ser examinados sob esta ótica. Desde que possamos assegurar, através deles, uma real entrada de capitais e de conhecimento técnico, desde que os lucros e o tempo de permanência das empresas no país sejam limitados, os contratos de risco poderão ser aceitáveis. E não há razão para acreditarmos que a Petrobrás não tenha condições de celebrar contratos nessas condições.

Entretanto, nem a forma pela qual os contratos de risco foram autorizados nem a importância que lhes foi atribuída são aceitáveis. A medida foi autoritária, já que não foi precedida do amplo debate que o problema exigia. Atribuiu-se a ela o valor de uma medida de salvação nacional, quando obviamente não o é. Pretendeu-se com ela resolver o problema do balanço de pagamentos, que é antes de mais nada um problema de curto prazo. É também um problema de longo prazo, mas aí muitas são as medidas que poderão ajudar a resolver o problema, inclusive e eventualmente — nunca principalmente — os contratos de risco.

A permanência no Brasil de muitas empresas multinacionais que nada contribuem em termos de novos capitais e conhecimento técnico e que se limitam a estimular a reprodução de padrões de consumo similares aos dos países centrais é, provavelmente, muito mais maléfica do que a celebração de contratos de risco. Tudo dependerá dos termos dos contratos.

A desaceleração econômica em curso ocorreu ao mesmo tempo em que aumentava o ritmo inflacionário. A inflação no Brasil é ora principalmente uma inflação de demanda, causada pela expansão dos meios de pagamentos e/ou pelo crescimento mais que proporcional da demanda real em relação à oferta, ora principalmente uma inflação administrada, provocada por aumentos autônomos de preços por parte de empresas monopolísticas. Em qualquer hipótese, porém, é uma inflação estrutural, provocada pelas imperfeições do mercado, pela existência de pontos de estrangulamento na oferta que se alternam na provocação de altas de preços, os quais, em seguida, se espalham por toda a economia. Nestes termos, não tem sentido transformar o combate à inflação em uma questão de honra como fez o Governo em 1974. Era preciso mantê-la sob controle e saber conviver com ela. Era perigoso tentar acabar com a inflação à força. Quando a inflação é principalmente de demanda, o controle do crédito é essencial. Quando é principalmente de oferta ou de custos, o controle administrativo dos preços é a única solução viável. Mas nem uma das medidas deve pretender extinguir a inflação de uma hora para outra.

## O fim da distensão e a crise política

O Governo que se instalou em 1974 com o declarado propósito de promover a distensão política logo suspendeu esse projeto, provavelmente por duas razões: porque foi derrotado nas eleições de novembro de 1974 e porque se viu a braços com uma recessão econômica. A conjugação desses dois fatores levou a um fortalecimento dos setores autoritários dentro do sistema, levando à suspensão da distensão política. Dentro do sistema dominante podemos, provavelmente, distinguir três grupos: os democratas, que acreditam na distensão e na democratização do país como valores últimos; os pragmáticos, que imaginavam que a distensão poderia servir aos objetivos de sua própria sustentação no poder; e os autoritários. Os pragmáticos constituem a grande maioria. Seu liberalismo político é meramente operacional. O processo de distensão teve início quando democratas e pragmáticos se uniram no início do atual governo; foi suspenso quando os pragmáticos abandonaram apressadamente suas posições liberalizantes, ao ver seu poder ameaçado por uma derrota eleitoral e uma crise econômica.

Neste contexto, a ideologia autoritária de que o desenvolvimento só é viável nos quadros de um governo forte pode ser facilmente desmascarada. Trata-se de uma ideologia muito cara aos tecnoburocratas, civis e militares, que acreditam que a eficiência e o desenvolvimento econômico dependem de um controle burocrático rígido, de cima para baixo, de todo o sistema. Na verdade, não é o desenvolvimento que depende do autoritarismo, mas o autoritarismo que depende do desenvolvimento. Quando o processo de desenvolvimento perde vigor, a legitimação do autoritarismo tecnoburocrático-capitalista vigente no Brasil cai por terra. O resultado é a crise política ao nível da cúpula do sistema, são as divisões internas, é a busca dos culpados, é a procura de "bodes expiatórios". A crise política se agrava quando o excedente econômico, ou seja, a produção acima do consumo necessário, começa a reduzir-se relativamente. Quando a taxa de crescimento do produto cai de 10 para 5%. Nesse momento, a luta política pela divisão do excedente, ao nível das classes e grupos dominantes, torna-se acirrada. A crise política pode tomar pro-

porções muito maiores do que a desaceleração econômica. O conflito sobre a estatização ilustrou bem este fato.

Na busca de soluções mais gerais para os atuais problemas que enfrentam a economia e a sociedade brasileira, devemos distinguir as medidas que podem ser tomadas dentro do modelo adotado, das medidas que visariam a modificar estruturalmente o modelo de subdesenvolvimento industrializado.

Entre as medidas a curto prazo do primeiro tipo, que visariam à retomada do processo de crescimento do PIB e, ao mesmo tempo, a reequilibrar o balanço de pagamentos e conter a inflação, o governo optou por um controle mais severo das importações, eliminando a entrada de bens supérfluos e instituindo depósitos de 365 dias sobre a compra de bens de capital no exterior. Iniciou também um progressivo controle ao crédito dentro de uma linha econômica ortodoxa.

Em qualquer hipótese, a viabilidade da manutenção do modelo atual, autoritário, concentrador de renda, internacionalizante, dependerá do equilíbrio político do sistema. No plano econômico, ainda que este modelo enfrente hoje dificuldades, ele é viável. Sua viabilidade política, entretanto, torna-se cada vez mais duvidosa.

A decisão de modificar estruturalmente o modelo implicaria medidas visando a melhorar a distribuição da renda. Os lucros dos capitalistas e os ordenados dos tecnoburocratas deveriam ser reduzidos relativamente aos salários dos trabalhadores. Isto, no entanto, não deveria significar um distributivismo apressado. A oferta deveria ser compatibilizada com a modificação no perfil da demanda, reduzindo-se a taxa de crescimento dos bens de consumo de luxo e aumentando-se a taxa de crescimento dos bens básicos de consumo, dos bens de capital e dos insumos básicos. O Estado, pelo menos em uma fase inicial, deveria ter seu papel aumentado, de forma a garantir o aumento da poupança apesar da melhor redistribuição da renda. Estas medidas deveriam ser tomadas após amplo debate político, ao mesmo tempo em que se restabeleceria o estado de direito no país.

Há, entretanto, poucas probabilidades de caminharmos a curto prazo nessa direção. Os interesses de capitalistas e tecnoburocratas a ser defendidos são muito grandes. São

interesses comuns de apropriação do excedente econômico. Ainda que uma recessão econômica tenda hoje a dividi-los politicamente, já vimos que o problema não é tão grave a ponto de pôr em risco o sistema. E o poder dos grupos marginalizados do processo político e/ou econômico é ainda muito reduzido para pretender questionar efetivamente a ordem estabelecida.

Em qualquer hipótese, o certo é que o debate está sendo reiniciado. Este debate pode ser temido pelo sistema dominante. Muitos de seus próprios membros, entretanto, começam a perceber que esse debate é essencial. Da mesma forma que as soluções automáticas do capitalismo liberal não funcionam, também as soluções técnicas da tecnoburocracia autoritária revelam logo sua arbitrariedade e fraqueza. Os critérios para a adoção de medidas econômicas são cada vez mais políticas. E só podem ser resolvidos politicamente, ou seja, através da participação mais ampla e direta possível de todos os interessados — principalmente dos trabalhadores. Compatibilizar autoritarismo e concentração de renda com desenvolvimento econômico e estabilidade política torna-se cada vez mais difícil — e este é um bom motivo para não sermos pessimistas.

(Baseado em entrevista ao *Jornal da Tarde* em 13 de janeiro de 1976.)